

A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL EM SERGIPE: OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APLS)

Sudanês Barbosa Pereira¹
Magaiver Lima Santos Fontes Correia²
Jussara Sant'Anna Alves³

1 INTRODUÇÃO: ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS – O CONTEXTO DE SERGIPE

O governo de Sergipe não atuava efetivamente no apoio ao desenvolvimento dos arranjos produtivos locais (APLs) antes de 2007, restringia-se apenas ao atendimento de demandas setoriais ou de cadeias produtivas específicas. Ainda assim, ocorreram algumas tentativas de iniciar o planejamento de políticas públicas para o desenvolvimento produtivo com foco nos APLs, incentivadas, sobretudo, pela adoção em nível federal de tal abordagem, no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), como: o projeto de mapeamento dos APLs do estado; a apresentação de projetos de apoio aos APLs de pecuária do leite e derivados do Alto Sertão e de fruticultura do Platô de Neópolis; indicação de cinco APLs prioritários ao MDIC. Porém, tais tentativas de ações não tiveram o êxito esperado, fracassando na implementação.

Em 2007, com o advento do governo de Marcelo Déda, o estado elaborou um planejamento estratégico, de forma a direcionar os dirigentes e técnicos de governo a atender as demandas sociais e econômicas da população de Sergipe. No caso das políticas públicas para o desenvolvimento econômico, estas tiveram como objetivo-fim dar condições mais favoráveis para os negócios, estimulando setores e atividades produtivas menos concentradoras de renda e geradora de ocupação e emprego completando, assim, a inclusão social com a inclusão econômica.

A abordagem do desenvolvimento territorial, participativo e inclusivo tem sido a estratégia para o planejamento do desenvolvimento econômico e social de Sergipe, desde o ano de 2007. Sob o ponto de vista do desenvolvimento econômico, a abordagem dos APLs

1. Economista e diretora técnica da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia (SEDETEC). *E-mail*: sudanes.pereira@sedetc.se.gov.br. Telefone: (79) 3218-1118.

2. Economista e gerente de projetos da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia (SEDETEC). *E-mail*: mcgyver.correia@sedetc.se.gov.br. Telefone: (79) 3218-1120.

3. Pedagoga e gerente de Arranjos Produtivos Locais (APLs) da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia (SEDETEC). *E-mail*: jussara.alves@sedetc.se.gov.br. Telefone: (79) 3218-1120.

foi utilizada como uma política pública de integração de ações convergentes e complementares, potencializando os recursos (técnicos, financeiros e de infraestrutura) do estado.

Para Cassiolato e Lastres (2003), a análise, a partir da noção de APLs, auxilia na superação de insuficiências de algumas abordagens tradicionais. A classificação tradicional de setor, segundo os autores, não permite captar situações em que as fronteiras dos setores não são tão bem demarcadas, em razão da crescente complexidade e do entrelaçamento das atividades produtivas. Da mesma forma, a base de competitividade das empresas não se restringe a um único setor, porque é fortemente associada a atividades e capacitações para frente e para trás ao longo da cadeia de produção. Portanto, os APLs podem captar características das atividades produtivas que outras abordagens não conseguem assimilar.

Se decidir por uma política de arranjos produtivos significa ter a compreensão de que a descentralização das iniciativas de apoio é fundamental. Seguindo a diretriz estratégica de governo “inclusão pela renda”, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia (SEDETEC), iniciou seu planejamento do desenvolvimento econômico por meio de vários projetos, todos eles interligados e com o objetivo de ampliar a dinâmica da economia sergipana, um deles foi exatamente a política para APL.

Em Sergipe, muitas instituições já trabalhavam com APL. Ainda que não adotadas oficialmente por todas as instituições, as ações eram apoiadas de forma desarticulada. A primeira ação do governo foi instalar o Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais. A SEDETEC, alinhada à política do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), instalou, em 23 de maio de 2007, o Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais de Sergipe (APL-SE). A SEDETEC exerce a coordenação do Núcleo APL-SE e cabe à mesma promover a articulação dos diversos órgãos do governo para integrar as ações com os parceiros (públicos e privados) do núcleo, o qual iniciou sua atuação com treze instituições e atualmente possui trinta de apoio à política de arranjos produtivos.

Desde o início, o governo teve a compreensão de que uma política para APL possui limitações de atuação, sendo necessário articular a política dos APLs com outras políticas estaduais: mais ainda, a política para APL não podia assumir uma conotação paternalista; deveria oferecer condições para que os protagonistas locais⁴ utilizassem a sua capacidade de mobilização em favor do desenvolvimento, na medida do possível, oferecendo contrapartidas próprias. Ou seja, a política não poderia substituir a capacidade empreendedora dos atores locais, que deve sempre preponderar.

Além disso, colocar em prática uma política estadual para APL implicava, acima de tudo, obter o comprometimento de todos os atores, assim como planejar e coordenar os projetos para os APLs, nos quais o Núcleo Estadual de APL possui papel preponderante.

Outra certeza que o governo teve ao tomar a decisão por elaborar e executar uma política para APL foi a de que esta não era, e não é, suficiente para promover o desenvolvimento econômico e social do estado. A política deveria ser vista como parte de um conjunto mais abrangente de políticas estaduais de desenvolvimento econômico, social, ambiental, e de ciência e tecnologia. Ou seja, ela deveria ser executada combinando com outras políticas para o desenvolvimento econômico. O apoio aos APLs em Sergipe foi fruto de uma nova percepção de políticas públicas de desenvolvimento, em que o local passou a ser visto como um eixo orientador de promoção econômica e social.

4. Empresários, trabalhadores, entidades públicas e privadas e o tecido associativo formal ou informal.

Com relação ao conceito de APL, a SEDETEC, alinhada às diretrizes da política do governo federal de apoio aos APLs, considera o conceito do MDIC, em que é possível reconhecer a existência de um APL a partir de um conjunto de variáveis presentes em graus diferentes de intensidade. Observando esse aspecto, considera-se que um APL deve ter a seguinte caracterização: *i*) ter um número significativo de empreendimentos no território e de indivíduos que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante; e *ii*) compartilhar formas percebidas de cooperação e algum mecanismo de governança.

A opção estratégica por atuar com a abordagem de APL decorre do reconhecimento de que políticas de fomento a pequenas e médias empresas são mais efetivas quando direcionadas a grupos de empresas, e não a empresas individualizadas.

1.1 A identificação dos APLs em Sergipe

A primeira etapa para a identificação dos APLs em Sergipe foi a realização de uma pesquisa com todas as instituições que estavam apoiando, ou já tinham apoiado, os APLs no estado. Para obter as informações necessárias para ajudar a compor as políticas para os APLs, foi elaborado um roteiro de consulta para as instituições. No roteiro estavam presentes perguntas sobre o tipo de apoio que a instituição desenvolvia junto aos APLs, quais atividades produtivas eram vinculadas aos arranjos, estimativa de beneficiários, principais estrangulamentos, medidas necessárias para apoiar as atividades produtivas inseridas em APL, além das parcerias que poderiam auxiliar o desenvolvimento dos arranjos produtivos.

A segunda etapa envolveu a elaboração e a utilização de critérios para pontuação e priorização dos APLs identificados. As variáveis utilizadas foram: ocupação e renda; número de instituições intervenientes; oportunidades de desenvolvimento; oportunidade de inovação tecnológica; e capital social. Além da pesquisa realizada pelo estado junto aos parceiros do Núcleo Estadual de APL, levou-se em consideração os estudos acadêmicos sobre os APLs em Sergipe.

O resultado da pesquisa foi a identificação de dezessete APLs. Destes, dez foram cadastrados no MDIC, pois este, à época, tinha como prerrogativa apoiar dez APLs indicados pelos estados. Seguem os APLs cadastrados no MDIC em 2007: *i*) apicultura (Alto Sertão, Agreste Central, Centro-Sul, Baixo São Francisco e Grande Aracaju); *ii*) confecções e artesanato de bordado (Sul, Centro-Sul e Grande Aracaju); *iii*) cerâmica vermelha (Sul, Agreste Central e Baixo São Francisco); *iv*) fruticultura (Sul e Grande Aracaju); *v*) mandiocultura (Agreste Central e Centro-Sul); *vi*) ovinocaprinocultura (Alto Sertão, Agreste e Centro-Sul); *vii*) pecuária de leite e derivados (Alto Sertão); *viii*) petróleo e gás (Leste, Grande Aracaju e Sul); *ix*) piscicultura (Baixo São Francisco); e *x*) tecnologia da informação (Grande Aracaju).

1.2 A metodologia de atuação do Núcleo Estadual de APL

A metodologia de atuação do Núcleo de APL de Sergipe busca construir um acordo entre os atores locais (associações, produtores, empresários), para organizarem suas demandas em um plano de desenvolvimento (PD) único, e, ao mesmo tempo, comprometê-los com as formas possíveis de solução, em favor do desenvolvimento do APL. A metodologia tem como um dos principais eixos o reconhecimento e a valorização da iniciativa local, por meio do estímulo à construção de PDs participativos, envolvendo instituições locais e regionais.

A construção dos PDs dos APLs foi realizada por meio de reuniões participativas com a governança de cada arranjo produtivo.⁵ Para levantar as informações⁶ necessárias para a elaboração dos PDs de cada APL, a SEDETEC utilizou a metodologia do Metaplan.⁷ Após todo o levantamento das informações, os PDs foram elaborados e enviados para a governança de cada APL, para que estas lessem e fizessem as críticas e os ajustes necessários para a apresentação e a validação dos mesmos, em reunião do Núcleo Estadual de APL.

Após a aprovação dos PDs no núcleo, estes foram enviados ao MDIC para serem passíveis de apoio pelo governo federal por intermédio dos parceiros do Grupo de Trabalho Permanente de APL (GTP APL).⁸ Em 2008, quando da apresentação dos PDs ao GTP APL do MDIC, os membros deste elogiaram o governo de Sergipe pelo rigor e qualidade na elaboração dos PDs e pela metodologia utilizada, além das ações que o estado estava apoiando, naquele ano, junto aos arranjos produtivos.

A SEDETEC faz o acompanhamento das ações de cada arranjo produtivo por meio de planilhas, que são enviadas aos membros do APL-SE, a cada ano. Dos dezessete APLs do estado, dez já possuem seus PDs, além de dois APLs de cultura⁹ com seus PDs já elaborados e coordenados pela Secretaria de Estado da Cultura (SECULT).

É importante ressaltar que todas as instituições parceiras do APL-SE apoiam os APLs de acordo com suas competências e área de atuação, atendendo a demandas específicas de cada APL.

2 OS INSTRUMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS APLS EM SERGIPE

No período entre 2008 e 2013, o governo do estado construiu uma política pública de apoio consistente para os arranjos produtivos. Esta seria uma “política guarda-chuva”,¹⁰ em que os instrumentos de apoio ao desenvolvimento deveriam se convergir. A política pública de apoio aos APLs de Sergipe possui os seguintes instrumentos: *i*) lançamento de editais para demandas tecnológicas dos APLs (FAPITEC-BNB); *ii*) extensão industrial: Programa de Extensão Industrial e Exportadora (PEIEX) – Agência Brasileira de Promoções de Exportações e Investimentos (APEX-Brasil), SEDETEC, Instituto Euvaldo Lodi (IEL-SE) – para APL e setores econômicos prioritários da Política de Desenvolvimento Industrial de Sergipe (PDI-SE); *iii*) infraestrutura tecnológica: implantação de Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT) voltados para os APLs; *iv*) edital para APL de baixa renda: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e governo do estado (Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social – SEIDES); e *v*) o decreto da política estadual de APLs.

2.1 Lançamento de editais para demandas tecnológicas dos APLs

A Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC) trabalhou em conexão com a SEDETEC para atender às demandas tecnológicas dos APLs

5. O governo, as entidades de classe e o setor produtivo.

6. Dificuldades, oportunidades, desafios, ações previstas e necessárias para o desenvolvimento de cada APL.

7. Metaplan é uma técnica destinada a promover o envolvimento das pessoas nas discussões, esclarecer dúvidas, gerenciar conflitos e levar um grupo a alcançar, de forma consistente, os objetivos propostos para discussão.

8. Grupo de Trabalho Permanente de Arranjos Produtivos Locais, vinculado ao MDIC. O GTP APL conta com 33 instituições de apoio, entre ministérios, instituições de pesquisa e empresas governamentais.

9. Os APLs de cultura são os das cidades históricas de Laranjeiras e São Cristóvão. Estes não foram identificados na primeira fase da pesquisa sobre os APLs em Sergipe.

10. Expressão utilizada pelo prof. dr. Ricardo Lacerda – professor da Universidade Federal de Sergipe (UFS) – para dar conexão e interligação entre as políticas públicas de apoio ao desenvolvimento econômico e de inclusão produtiva.

por meio de lançamento de editais. Os editais de apoio aos APLs lançados pela FAPITEC, em parceria com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) tem permitido levar a pesquisa e a inovação para as atividades produtivas, além de aproximar os professores e, consequentemente, as universidades dos produtores rurais e empresários dos APLs. Essa iniciativa da FAPITEC tem servido de inspiração para outras FAP dos outros estados.

2.1.1 Extensão industrial para APLs e setores prioritários

Levar a extensão industrial e exportadora para os APLs e os setores prioritários da Política de Desenvolvimento Industrial de Sergipe (PDI-SE) foi uma iniciativa do governo de Sergipe, por meio da SEDETEC. O PEIEX é um projeto da APEX-Brasil em parceria com o governo do estado e o IEL de Sergipe (IEL-SE). É um projeto que é renovado a cada ano, permitindo, assim, aprofundar os atendimentos e as melhorias no interior das empresas. A escolha das atividades produtivas foi uma decisão em comum acordo com a Federação das Indústrias de Sergipe (FIES) e a SEDETEC.

Durante o período de três anos os extensionistas¹¹ atenderam 413 empresas em Sergipe, de forma gratuita para os empresários, no período de três anos e meio. O governo tem focado o atendimento em setores produtivos prioritários da PDI-SE e APL de forma contínua, para que permita às empresas atendidas pelo PEIEX, com potencial exportador, aprimorar seus produtos, melhorar sua competitividade e exportar, contribuindo, assim, para potencializar a balança comercial do estado.

2.1.2 Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) para APL

A política para os APLs deve ser construída de forma a ter complementaridade e foco. Uma das dificuldades encontradas nos territórios em que existem APLs é a ausência de infraestrutura de apoio às vocações produtivas locais. A ausência de espaço para capacitações produtivas é uma dificuldade existente em quase todos os municípios. Para atender esta dificuldade do estado, dos próprios parceiros e dos produtores e empresários vinculados às atividades inseridas em APL, a SEDETEC elaborou estudos para implantar CVTs voltados para os APLs.

O estado identificou diversas características comuns aos APLs, entre os quais problemas relacionados à qualificação profissional, à adequação de produtos e a melhorias contínuas nos processos de produção. Partindo desta constatação, e com base nas informações e demandas dos PDs dos APLs, elaborou-se uma proposta consistente para obtenção de recursos financeiros para a construção de CVT para os arranjos produtivos.

A implantação de CVTs faz parte da política estadual de ampliação da oferta da qualificação profissional e tecnológica em Sergipe. Esta política foi concebida com o propósito de expansão da educação profissional, levando-se em consideração as demandas dos APLs do estado. Os CVTs servirão para promover a difusão da inovação tecnológica nos APLs, além de servir à população local e aprofundar o conhecimento da região, para que os segmentos produtivos se apropriem de novas tecnologias e contribuam para o desenvolvimento do estado.

11. Extensionistas são profissionais graduados nas áreas de Economia, Administração, Engenharia da Produção e são responsáveis pela qualificação empresarial das empresas inseridas no PEIEX, por meio de consultorias e diagnósticos específicos para cada empresa. O técnico extensionista é um especialista que vai auxiliar a empresa durante o projeto. Ele visita a empresa, explica a metodologia de trabalho e realiza um diagnóstico abrangente de todas as áreas funcionais. O relatório final produzido pelo técnico mostrará pontos fortes e áreas que precisam de aprimoramento.

Um CVT modelo foi construído no município de Tobias Barreto para o APL de confecções e bordados, com o apoio do BNDES¹² e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).¹³ A SEDETEC está trabalhando junto ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) para a celebração de um convênio que faça a gestão do CVT de Tobias Barreto. Além deste, um CVT está sendo finalizado no Sergipe Parque Tecnológico (SERGIPETEC), voltado para o APL de tecnologia da informação, que será inaugurado em dezembro de 2014.

2.1.3 Lançamento de editais para APL de baixa renda

Ainda no ano de 2009, o governo do estado, por meio da SEIDES, da SEDETEC e do BNDES iniciou as tratativas para o apoio aos APLs de baixa renda.¹⁴ Sessenta por cento dos APLs de Sergipe são de base agropecuária, se caracterizam como aglomerações que possuem capital social frágil, estruturas produtivas precárias, nas quais, às vezes, o mesmo espaço produtivo se confunde com o espaço de vida familiar. A proposta para o BNDES se justificava pela oportunidade de complementar as ações em desenvolvimento dos APLs pelo governo do estado e parceiros locais, além de atender às atividades de inclusão produtiva que não se caracterizam como APL, mas possuem vínculos de colaboração. Os recursos são oriundos do Fundo Social/BNDES e do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (Funpobreza), cuja gestão é feita pela Seides.

Nesse mesmo ano, a Seides apresentou a Carta-Consulta ao BNDES no valor de R\$ 12 milhões¹⁵ para a parceria de apoio aos APLs. Com a aprovação, o governo de Sergipe lançou o primeiro edital de apoio aos APLs de baixa renda em 2010, que apoiou quinze projetos no valor de R\$ 2,98 milhões.¹⁶ Com o saldo do primeiro edital, foi lançado, em 2012, o segundo edital, que apoiou mais dezessete projetos, com cerca de R\$ 3,2 milhões. No total, já foram 32 projetos apoiados em 23 municípios sergipanos que somam um valor de R\$ 6,18 milhões. O terceiro edital foi lançado no segundo semestre de 2014 e está na fase de avaliação e seleção dos projetos.

2.1.4 O decreto da Política Estadual de APL em Sergipe

Um fato interessante com relação à institucionalização de políticas de APL no Brasil é que, na maioria das vezes, os Núcleos de APL são criados com um decreto e um conjunto de linhas de funcionamento do núcleo e diretrizes de políticas para os APLs. Em Sergipe, o Núcleo de APL foi criado após uma reunião com as primeiras instituições parceiras, por meio de uma ata, em maio de 2007. Entre 2007 e 2012, o governo do estado elaborou sua política pública para APL, com instrumentos efetivos de apoio, além de parcerias concretas para a realização de ações, atividades, e infraestrutura produtiva para os APLs de Sergipe. Ou seja, a realização efetiva do apoio aos APLs não precisou, necessariamente, de um decreto para a sua institucionalização. De fato, as políticas construídas e executadas com os parceiros do Núcleo Estadual de APL foram tacitamente aceitas. Isto prova que, politicamente e

12. O BNDES aportou recursos da ordem de R\$ 850 mil para a sua construção.

13. A Sudene aportou cerca de R\$ 963 mil para a compra de máquinas e equipamentos.

14. APLs de baixa renda são atividades produtivas desenvolvidas coletivamente, cuja produção caracteriza-se como de pequena escala e tem como principal fim reforçar a renda familiar. Possui relevante interesse social e é dirigido para a melhoria da qualidade de vida de populações em situação de miséria ou pobreza.

15. Recursos 50% do BNDES e 50% do governo do estado (Funpobreza).

16. As solicitações das associações e cooperativas foram desde capacitação, passando pela compra de máquinas, equipamentos, caminhões, até a aquisição de um ônibus adaptado para comercialização de produtos orgânicos do projeto Feira sobre Rodas.

tecnicamente, os governos comprometidos com os anseios e as necessidades da população podem construir as condições para o desenvolvimento econômico e social.

Em 2011 a SEDETEC realizou uma pesquisa com todos os parceiros do APL-SE para avaliar o desempenho na condução das políticas para o desenvolvimento dos APLs em Sergipe, no período de 2007 a 2010. Foram enviados, para todos os membros do núcleo, formulários contendo cinco questões, duas objetivas e três abertas.

A revelação mais importante da pesquisa foi a de que o governo é o responsável pela condução da política de APL, assim como da sua articulação junto aos parceiros. A necessidade de ter resultados concretos em relação ao escopo da política de APL mostrou ao governo que a temática destes é inerente ao desenvolvimento econômico de Sergipe, e precisa ser continuada. A pesquisa fortaleceu a necessidade da elaboração de um decreto para, efetivamente, instituir o APL-SE e lançar as diretrizes de seu funcionamento, competências e atribuições, que ocorreu em 27 de fevereiro de 2012.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência em organizar e articular atividades e ações para o desenvolvimento dos APLs por parte do governo de Sergipe é muito recente. Contudo, se observou, de forma positiva, a participação de várias instituições junto às ações e reuniões do APL-SE.

As vantagens de utilizar o enfoque de arranjos produtivos locais permitiram desenvolver um trabalho que possibilitou um resultado positivo, para além de todas as dificuldades. No caso de Sergipe, em que 60% dos APLs são de base agropecuária, estão em regiões deprimidas, pouco desenvolvidas, e com baixo nível de emprego, o enfoque dos APLs foi, e é, o mais eficiente, uma vez que: *i)* potencializa oportunidades para mobilizar parceiros e atender demandas coletivas; *ii)* evita superposições de ações, especialmente no âmbito governamental; *iii)* potencializa os recursos, impedindo a duplicação de gastos desnecessários; *iv)* oferece a oportunidade de realizar experiências em conjunto, compartilhando riscos e custos; e *v)* leva para os municípios inseridos em APL serviços que, de forma isolada, não produziriam efeitos significativos, mas que, de forma cooperada, resultam em desenvolvimento para o arranjo produtivo.

Em relação aos desafios de atuar utilizando o enfoque de APL em Sergipe, houve, no início dos trabalhos, o entendimento por parte da equipe da SEDETEC que alguns desafios teriam que ser levados em consideração durante a jornada, entre os quais: *i)* o desconhecimento do conceito, por parte de alguns parceiros, e, conseqüentemente, de suas vantagens; *ii)* a importância de divulgar e considerar o conceito de APL nas políticas públicas e ações de desenvolvimento local; *iii)* mobilizar os atores locais para atuar em favor do desenvolvimento de atividades inseridas em APL, a partir de uma compreensão do coletivo; *iv)* desenvolver metodologia e construir indicadores (tangíveis e intangíveis) para os APLs; e *v)* viabilizar a articulação coordenada de órgãos governamentais para políticas que priorizassem processos locais de desenvolvimento, vinculadas, especialmente, aos APLs prioritários do estado.

Cabe destacar que, uma vez estabelecidas as diretrizes da política pública para APL, o governo teve a compreensão de que as mesmas são de médio e longo prazos. O comprometimento da continuidade de ações, recursos humanos e garantia de rubrica única no orçamento do estado para os APLs, de forma contínua, independentemente de governo, são medidas primordiais para o sucesso da política para APLs, e, conseqüentemente, do desenvolvimento local.

Nenhuma execução de política pública é perfeita; correções de rumos são comuns e essenciais para ajustar as ações de acordo com a dinâmica das necessidades. A decisão de construir, executar e institucionalizar a política pública para APLs de Sergipe foi um marco para o estado. Cabe aos governos e instituições parceiras dar continuidade a esse instrumento, que é o mais eficiente indutor do desenvolvimento e do empoderamento local.

REFERÊNCIAS

CASSIOLATO, J.E. e LASTRES, H.M. M. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. *In*: LASTRES, H. M. M.; Cassiolato, J. E. e MACIEL, M. A. (Orgs.). **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Helena. Rio de Janeiro: Reluma Dumará Editora, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GALVÃO, O. J. de A. Por uma nova política de desenvolvimento regional: a experiência internacional e lições para o Brasil. **III Congresso dos Economistas da Língua Portuguesa**. Macau, jun. 1998. Disponível em: <www.race.nuca.ie.ufrj.br/nuca-wp/jel>. Acesso em: 16 maio 2005.

LLORENS, F. A. **Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política**. 1 ed. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

SCHWARTZ, G. **Estratégias valorizam a formação de redes locais**. Folha de São Paulo, 31 dez. 2011.

SUZIGAN, W. **Identificação, mapeamento e caracterização estrutural de arranjos produtivos locais no Brasil**. Relatório Consolidado, Ipea/Diset, out. 2006.